



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2016
MUNICÍPIO DE APIACAS

PROCESSO N.º:	81744/2016
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS
CNPJ:	01.321.850/0001-54
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
Ordenador de Despesas:	ADALTO JOSE ZAGO
RELATOR:	SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	APIACAS
NÚMERO OS:	6036/2017
EQUIPE TÉCNICA:	CLOVIS DE ALMEIDA GODOI JUNIOR



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. GESTORES.....	5
3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA.....	5
4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO.....	6
4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município).....	6
4.1.1. Plano Plurianual - PPA.....	7
4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	7
4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA.....	8
4.1.3.1. Alterações Orçamentárias.....	8
4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo.....	10
4.1.4.1. Execução Orçamentária.....	11
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	14
5.1. Responsabilidade Técnica.....	15
5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64).....	15
5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER).....	15
5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED).....	16
5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO).....	16
5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64).....	17
5.3.1. Restos a pagar.....	17
5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar.....	18
5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar.....	18
5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros).....	19
5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64).....	19
5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS.....	19
5.4.2. Dívida Pública.....	20
5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE.....	21
5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC).....	21
5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	22
5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	23
5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA.....	25
5.6.1. Despesa Total.....	25
5.6.2. Educação.....	25
5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais.....	25
5.6.2.1.1. Ensino.....	26
5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.....	26
5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação.....	27
5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal.....	27



5.6.3. Saúde.....	29
5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais.....	29
5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde.....	30
5.6.3.2.1. Indicadores da saúde.....	30
5.6.4. Pessoal.....	31
5.6.4.1. Regime Previdenciário.....	32
5.6.4.2. Limites Legais.....	32
5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	33
5.8. TRANSPARÊNCIA.....	34
5.8.1. Audiências públicas.....	34
5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais.....	34
5.8.3. Conselhos.....	35
5.8.4. Conselhos Tutelares.....	35
5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo.....	36
5.8.6. Comissão de Transição.....	36
6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO.....	37
7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	38
8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES.....	39
9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO.....	39
Anexo 1 - ORÇAMENTO.....	41
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo.....	41
Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica.....	47
Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias.....	47
Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas.....	47
Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS.....	51
Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias).....	51
Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra.....	51
Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado.....	52
Anexo 3 - RESTOS A PAGAR.....	53
Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados.....	53
Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS.....	54
Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	57
Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF).....	61
Anexo 4 - DÍVIDA.....	65
Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS.....	65
Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP).....	65
Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício.....	66
Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.....	66
Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS.....	66
Anexo 5 - RECEITA.....	69
Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita.....	69
Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL).....	69



Quadro 5.3 - Deduções para RCL.....	70
Anexo 6 - ENSINO.....	71
Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF).....	71
Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF).....	71
Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino.....	72
Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.....	72
Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB.....	73
Anexo 7 - SAÚDE.....	74
Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.....	74
Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.....	74
Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde.....	75
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde.....	76
Anexo 8 - PESSOAL.....	77
Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Janeiro a Junho.....	77
Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo /Julho a Dezembro.....	79
Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF).....	81
Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF).....	82
Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	82
Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016.....	83
Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado.....	83
Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL.....	87
Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF).....	87
Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF).....	87



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos arts. 29, inciso I e 149, inciso V da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório de Auditoria com o resultado do exame das contas anuais do Município de APIACAS, exercício financeiro de 2016 com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado no período de 23 a 31 de maio de 2017 na sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 6036/2017, e em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios contidos na legislação vigente.

Parecer Prévio pelo TCE-MT de 2012 a 2015

Exercício 2012	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2013	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2014	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO
Exercício 2015	PARECER PREVIO FAVORAVEL A APROVACAO

Sistema Control-P

IGFM – Índice de Gestão Fiscal dos Municípios – 2012 a 2016

Trata-se de uma ferramenta que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiados pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC.

Mediante a análise da evolução do IGFM - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS nos últimos cinco anos é possível compreender qual é o atual cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

O indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.



6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,8 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,4 pontos.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF do município de .

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2012	0,26	0,49	0,94	0,67	0,00	1,00	0,57	77
2013	0,29	0,23	1,00	0,15	0,00	1,00	0,43	98
2014	0,30	0,42	0,80	0,49	0,00	1,00	0,50	96
2015	0,38	0,50	1,00	0,73	0,00	1,00	0,62	53
2016	0,33	0,68	1,00	0,51	0,00	1,00	0,60	48

Site TCE (índice IGFM TCE-MT)

2. GESTORES

As contas do Município no exercício de 2016 estiveram sob gestão:

Prefeito Municipal: Adalto Jose Zago.

Presidente da Câmara: José Eder da Luz

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

a) PODER EXECUTIVO



ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

- Prefeitura Municipal de APIACAS

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Administração Indireta
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE APIACAS
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES DE APIACAS
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE APIACAS

b) PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de APIACAS

4. RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

Este tópico trata da análise das ações de governo.

4.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 166, e incisos, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Nesse sentido, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações a fim de verificar as



situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

A seguir serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

4.1.1. Plano Plurianual - PPA

O PPA foi instituído pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu art. 165, I, § 1º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA é um planejamento estratégico de médio prazo (4 anos), no qual estão inseridos os programas que o governo pretende realizar, ordenando as respectivas ações para que se atinja os objetivos e metas estabelecidos nos quatro anos de mandato. O PPA do Município de APIACAS, para o quadriênio 2014 a 2017, foi instituído pela Lei nº0849, de 12/12/2013, e foi protocolada sob o nº 1112/2014 no TCE-MT em 10/01/2014, portanto, em desconformidade com o estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que estabelece o encaminhamento dessa peça de planejamento até 31 de dezembro do ano em que foi votada.

O PPA não foi alterado no exercício em análise.

1) O PPA não foi alterado no exercício em análise.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Inovação estabelecida na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO é o instrumento estabelecido na Constituição Federal para fazer a ligação entre o PPA e a LOA, tendo como objetivo primeiro o estabelecimento dos parâmetros necessários à alocação de recursos no orçamento anual, de forma a viabilizar, na medida do possível, o atingimento das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no



PPA que foram priorizados na LDO.

A LDO do Município de APIACAS, para o exercício de 2016, foi instituída pela Lei nº 929/2015 e foi protocolada sob o nº 10642/2016 no TCE-MT em 21/01/2016 em desacordo, portanto, com o art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final para seu encaminhamento a este Tribunal até o dia 31 de dezembro do ano em que foi votada.

1) A LDO dispõe sobre as matérias definidas na legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da LRF).

4.1.3. Lei Orçamentária Anual - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A elaboração da LOA será orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

A LOA do Município de APIACAS para o exercício de 2016 foi publicada no dia 20/10/2015, conforme Lei nº 932/2015, e foi protocolada sob o nº 216259/2016 no TCE-MT em 23/11/2016, de acordo, portanto, com o art. 166, I, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano. A referida peça de planejamento estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 26.000.000,00. Não houve orçamento de investimento.

1) A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO. (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).

2) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

3) A LOA dispõe sobre as matérias definidas na legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

4.1.3.1. Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento podem ocorrer fatos novos ou imprevisíveis que ampliam ou



diminuem as necessidades coletivas planejadas, ocasionando a necessidade de se retificar o orçamento vigente. Esse mecanismo de alteração do orçamento vigente é viabilizado por meio da utilização dos chamados créditos adicionais.

Nesse sentido os créditos adicionais possibilitam que o orçamento seja readequado às reais necessidades da coletividade, consistindo em autorizações de despesas não previstas inicialmente ou insuficientemente dotadas.

Os Créditos Adicionais estão disciplinados pelos arts. 166, 167 e 168 da Constituição Federal, bem como nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320/64.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no Orçamento de 2015 mediante a abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município de Apiacas, e o correspondente orçamento final.

Créditos Adicionais do Período:

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 26.000.000,00	R\$ 13.515.599,87	R\$ 241.205,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.332.399,87	R\$ 31.424.405,20	20,86%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.

Créditos Adicionais – por fonte de financiamento:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 8.283.386,16
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 5.374.800,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 49.605,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento.

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2012 a 2016, indica que a administração municipal vem aumentando a estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

HISTÓRICO DO ORÇAMENTO					
	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Estimada - R\$	R\$ 16.977.000,00	R\$ 19.643.300,00	R\$ 22.030.000,00	R\$ 24.695.000,00	R\$ 26.000.000,00
Variação %	-	15,70%	12,15%	12,09%	5,28%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (exercício em análise).



Da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais constatou-se o que segue:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).
- 3) Não foram abertos créditos adicionais extraordinários no período.
- 4) A lei orçamentária e as de créditos adicionais somente incluíram novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público (art. 45, LRF).
- 5) Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com a indicação dos recursos efetivamente existentes (art. 167, inc. V, CF).
- 6) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).
- 7) Os créditos extraordinários abertos destinaram-se a atender despesas imprevisíveis e urgentes? Não foram abertos créditos adicionais extraordinários.
- 8) A transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro ocorreram com prévia autorização legislativa (art. 167, inc. VI, CF).
- 9) Não houve abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistente (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).

4.1.4. Execução Orçamentária dos Programas de Governo

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de programas de governo e dos orçamentos:



4.1.4.1. Execução Orçamentária

Programas de Governo – Previsão e Execução:

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0003	ADMINISTRACAO SUPERIOR	R\$ 432.000,00	R\$ 380.010,00	R\$ 373.187,30	98,20%
0050	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	R\$ 170.000,00	R\$ 617.000,00	R\$ 601.786,75	97,53%
0015	APOIO AO PRODUTOR RURAL	R\$ 421.000,00	R\$ 521.006,00	R\$ 462.923,15	88,85%
0055	Apoio Tecnológico	R\$ 50.000,00	R\$ 73.900,00	R\$ 72.195,06	97,69%
0038	AQUISICAO DE IMOVEL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0056	Atencao a Producao Rural	R\$ 10.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0044	ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	R\$ 207.000,00	R\$ 210.890,00	R\$ 181.824,11	86,21%
0028	ATENDIMENTO A GESTAO SOCIAL SOLIDARIA	R\$ 328.500,00	R\$ 853.852,00	R\$ 832.281,45	97,47%
0004	ATENDIMENTO A OUTRAS ESFERAS DE GOVERNO	R\$ 2.000,00	R\$ 4,00	R\$ 0,00	0,00%
0016	ATENDIMENTO A SAUDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0009	ATENDIMENTO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	R\$ 52.000,00	R\$ 10.004,00	R\$ 9.890,32	98,86%
0036	CONSTRUCAO BARRACAO	R\$ 10.000,00	R\$ 502,00	R\$ 0,00	0,00%
0043	CONSTRUCAO DE BUEIROS	R\$ 50.000,00	R\$ 128.130,00	R\$ 89.498,66	69,85%
0042	CONSTRUCAO DE CRECHE	R\$ 20.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0037	CONSTRUCAO DE PONTES	R\$ 100.000,00	R\$ 2.300,00	R\$ 0,00	0,00%
0041	CONSTRUCAO DE VIVEIROS DE MUDAS	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0022	CONVENIOS COM CONSORCIOS, ORGAOS FEDERAIS E ESTADUAIS	R\$ 30.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 6.000,00	33,33%
0026	DISTRIBUICAO DE AGUA E SANEAMENTO	R\$ 393.500,00	R\$ 413.436,00	R\$ 398.165,87	96,30%
0010	EDUCACAO DE QUALIDADE	R\$ 651.000,00	R\$ 1.303.364,00	R\$ 1.214.327,30	93,16%
0011	EDUCACAO DE QUALIDADE - FUNDEB	R\$ 3.200.000,00	R\$ 3.543.320,00	R\$ 3.535.393,76	99,77%
0017	EFICIENCIA NOS CONTROLES	R\$ 82.500,00	R\$ 96.402,00	R\$ 95.906,75	99,48%
0051	FESTIVIDADES CIVICAS, ARTISTICAS E CULTURAIS	R\$ 20.000,00	R\$ 93.790,00	R\$ 93.750,00	99,95%
0049	FOMENTO AO TURISMO	R\$ 20.000,00	R\$ 1.004,00	R\$ 0,00	0,00%
0014	GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRAS	R\$ 2.455.000,00	R\$ 3.098.050,00	R\$ 3.056.485,57	98,65%
0025	HABITACOES POPULARES	R\$ 100.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0008	HABITACOES RURAIS	R\$ 25.000,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	0,00%
0096	IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS	R\$ 60.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0012	INCENTIVO A CULTURA	R\$ 33.000,00	R\$ 88.611,00	R\$ 79.980,18	90,26%
0013	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR	R\$ 323.500,00	R\$ 431.280,00	R\$ 407.358,38	94,45%
0001	MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0058	Manutencao do Recurso do Fethab	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.793.942,84	R\$ 1.769.417,03	98,63%
0034	MELHORIAS DOS SERVICOS URBANOS	R\$ 730.000,00	R\$ 905.172,00	R\$ 890.807,72	98,41%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0021	MELHORIAS E MANUTENCAO DA INFRA ESTRUTURA	R\$ 1.553.000,00	R\$ 2.165.340,00	R\$ 2.153.024,85	99,43%
0007	MERENDA ESCOLAR DE QUALIDADE	R\$ 165.000,00	R\$ 295.000,00	R\$ 264.201,63	89,56%
0005	ORIENTACAO LEGAL E SUPORTE JURIDICO	R\$ 97.500,00	R\$ 112.404,00	R\$ 112.296,00	99,90%
0057	Parceria na Urbanizacao	R\$ 75.000,00	R\$ 4,00	R\$ 0,00	0,00%
0020	PARCERIAS COM INSTITUICOES PRIVADAS	R\$ 22.000,00	R\$ 18.003,00	R\$ 18.000,00	99,98%
0018	PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE	R\$ 82.000,00	R\$ 32.511,00	R\$ 29.999,80	92,27%
0002	PREVIDENCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0001	Processo Legislativo	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.120.000,00	R\$ 1.110.000,00	99,10%
0023	PROGRAMA DE PAVIMENTACAO ASFALTICA E GALERIAS	R\$ 200.000,00	R\$ 925.730,16	R\$ 919.533,98	99,33%
0019	PROTECAO SOCIAL BASICA	R\$ 509.500,00	R\$ 230.058,00	R\$ 194.742,23	84,64%
0027	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	R\$ 275.000,00	R\$ 151.339,00	R\$ 129.108,40	85,31%
0029	PROTECAO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 85.000,00	R\$ 9.761,00	R\$ 9.671,40	99,08%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0002	RPPS - APIACAS	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 561.481,80	18,71%
0089	SAUDE COM EQUID. E INTEG. - APOIO AOS CONSELHOS CONSTITUIDOS	R\$ 15.000,00	R\$ 1.215,00	R\$ 1.157,27	95,24%
0092	SAUDE COM EQUIDADE E INTEGRALIDADE - ASSIST. A SAUDE - ATENCAO BASICA - BI - I	R\$ 1.723.000,00	R\$ 2.178.687,00	R\$ 1.642.473,24	75,38%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Previsão Atualizada
0094	SAUDE COM EQUIDADE E INTEGRALIDADE - ASSISTENCIA FARMACEUTICA - BLOCO IV	R\$ 173.500,00	R\$ 128.300,00	R\$ 80.428,14	62,68%
0093	SAUDE COM EQUIDADE E INTEGRALIDADE - MAC - BLOCO II	R\$ 3.241.000,00	R\$ 4.368.158,20	R\$ 4.167.771,02	95,41%
0095	SAUDE COM EQUIDADE E INTEGRALIDADE - VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 359.500,00	R\$ 466.675,00	R\$ 446.596,41	95,69%
0090	SAUDE COM EQUIDADE E INTEGRALIDADE - GESTAO DO SUS - BLOCO V	R\$ 261.000,00	R\$ 705.232,00	R\$ 689.775,32	97,80%
0054	Transparencia na Gestão	R\$ 107.000,00	R\$ 3,00	R\$ 0,00	0,00%
0006	TRANSPORTE ESCOLAR DE QUALIDADE	R\$ 820.000,00	R\$ 933.802,00	R\$ 894.459,18	95,78%
0052	Valorizacao do Servidor Publico	R\$ 0,00	-R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0052	Valorização do Servidor Publico (Câmara Municipal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0053	Valorizacao do Servidor Publico (Prefeitura)	R\$ 90.000,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.150,00	94,88%
		R\$ 26.000.000,00	R\$ 31.424.405,20	R\$ 27.597.050,03	
		R\$ 26.000.000,00	R\$ 31.424.405,20	R\$ 27.597.050,03	87,82%

APLIC>Informes Mensais>Despesa>Despesa Orçamentária por Programa.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS



Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município.

5.1. Responsabilidade Técnica

A contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade de:

Nome:	Período:	CRC:
ALCIR FELDBERG	01/01/2016 a 31/12/2016	013784-MT

Control-P

5.2. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil em que se comparam as receitas previstas em confronto com as realizadas, assim como as despesas fixadas e as realizadas.

Sua análise permite verificar se há compatibilidade ou não entre planejamento (valores da Lei Orçamentária) e execução, entre autorizações e realizações, em resumo, entre entradas de recursos e suas aplicações.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Orçamentário do exercício de 2016 do Município de APIACAS:

5.2.1. Resultado da arrecadação orçamentária - quociente de execução da receita (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 25.000.000,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 31.636.405,14



QER	B/A	1,265
-----	-----	-------

Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista – excesso de arrecadação.

5.2.2. Quociente de execução da despesa (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 30.348.950,78
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 26.555.145,34
QED	B/A	0,874

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO)

A seguir apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2012 a 2016:

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	R\$ 18.516.825,52	R\$ 18.818.957,23	R\$ 23.987.226,15	R\$ 24.623.953,10	R\$ 28.836.249,46
Despesas Realizadas	R\$ 18.138.904,97	R\$ 17.593.860,24	R\$ 23.041.995,22	R\$ 23.471.352,10	R\$ 26.000.911,51
Resultado Orçamentário (R\$)	R\$ 377.920,55	R\$ 1.225.096,99	R\$ 945.230,93	R\$ 1.152.601,00	R\$ 2.835.337,95

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Aplic (exercício atual)



A partir de 2015, os valores da Receita e Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013 (Diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados), demonstrados no Anexo 2 – Análise dos Balanços Consolidados, Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Da análise dos quocientes do Balanço Orçamentário constatou-se o que segue:

1) Resultado da Execução Orçamentária

A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 28.836.249,46
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 26.000.911,51
QREO	A/B	1,109

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de execução.

Não houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF).

5.3. BALANÇO FINANCEIRO (Anexo 13 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Financeiro é demonstração obrigatória para a contabilidade pública.

Por meio deste demonstrativo contábil é possível analisar a gestão financeira do Município, pois representa um grande fluxo de caixa da administração pública. Evidencia o saldo financeiro do exercício anterior, que, acrescido das receitas arrecadadas e subtraído das despesas realizadas, resulta no saldo financeiro para o exercício seguinte.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Financeiro do exercício de 2016 do Município de APIACAS:

5.3.1. Restos a pagar



Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante do Exercício. Dividem-se em processados (despesas liquidadas e não pagas) e em não processados (despesas apenas empenhadas).

1) Não houve contratação de obrigação de despesas nos 02 últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade de caixa, cumprindo assim com o art. 42, caput e Parágrafo Único da LC nº 101/2000.

5.3.1.1. Quociente de disponibilidade financeira para pagamento de restos a pagar

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro 3.2 do Anexo 3 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	Disponibilidade Bruta - Exceto RPPS	R\$ 3.485.892,03
B	Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 0,00
D	Restos a Pagar não Processados - Exceto RPPS	R\$ 410.187,29
C	Restos a Pagar Processado - Exceto RPPS	R\$ 288.017,33

QDF	$(A-B)/(C+D)$	4,992
-----	---------------	-------

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar (Processados e Não Processados) há R\$ 4,992 de disponibilidade financeira.

5.3.1.2. Quociente de inscrição de restos a pagar

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar

B	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 27.597.050,03
A	TOTAL INSCRIÇÃO	R\$ 324.421,28



QIRP	A/B	0,011
------	-----	-------

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,011 foram inscritos em restos a pagar no exercício.

5.3.1.3. Resultado dos Saldos Financeiros (Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros)

Este indicador é obtido por meio da relação entre o Saldo Financeiro para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior e tem por objetivo indicar o resultado financeiro sobre o saldo em espécie. Caso o indicador seja maior que 1, houve saldo financeiro positivo. Se for menor que 1, houve saldo financeiro negativo.

1) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

B	Saldo Financeiro do ano anterior	R\$ 2.154.940,13
A	Saldo financeiro do ano seguinte	R\$ 3.485.892,03

QRSF	A/B	1,617
------	-----	-------

Os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos.

5.4. BALANÇO PATRIMONIAL (Anexo 14 da Lei nº 4.320/64)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta de forma qualitativa e quantitativa a posição patrimonial e financeira da empresa em um determinado período de tempo. Este demonstrativo é estático e pode-se dizer que representa uma "fotografia" do patrimônio do Município naquele dado momento.

Abaixo seguem análises por quocientes do Balanço Patrimonial do exercício de 2016do Município de APIACAS:

5.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS



Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

Este último, pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 4.5 do Anexo 4 (Dívida) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF) - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 3.485.892,03
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 789.619,03
QSF	A/B	4,414

Esse resultado indica que houve superávit financeiro.

5.4.2. Dívida Pública

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos. (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

1) Não houve contratação de operações de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Executivo, cumprindo assim o comando contido no art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

2) Não houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita no último ano de mandato, cumprindo o art. 38, IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000, art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal



nº 43/2001.

5.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento - QLE

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 5.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 5 (Dívida Pública).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) O montante da dívida consolidada líquida está adequado ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente do Limite de Endividamento - QLE - Exceto RPPS

B	RCL	R\$ 29.043.535,42
A	DCL	R\$ 0,00
QLE	A/B	0,000

Este resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

5.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº



43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) A contratação da dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL	R\$ 29.043.535,42
A	TOTAL DA DIVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,000

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo contratadas é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

Os Dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) A amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada estão adequados ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

2) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL	R\$ 29.043.535,42
A	Total Dispêndios da Dívida Pública	R\$ 601.786,75



QDDP	A/B	0,020
------	-----	-------

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da dívida pública é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

5.5. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Da análise da Receita Consolidada constatou-se o que segue:

Para o exercício, a Receita Total prevista, inclusive Intraorçamentária, foi de R\$ R\$ 26.000.000,00 , sendo arrecadado o montante de R\$ R\$ 32.647.645,23 , conforme demonstrado no Quadro 5.1 do Anexo 5.

A série histórica das receitas orçamentárias do Município (Exceto Intraorçamentária), no período de 2012/2016, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	R\$ 17.067.836,61	R\$ 18.274.059,02	R\$ 22.529.263,53	R\$ 24.721.939,96	R\$ 30.035.900,28
Receita Tributária	R\$ 593.166,25	R\$ 818.343,10	R\$ 1.066.734,87	R\$ 1.410.248,19	R\$ 1.504.046,56
Receita de Contribuição	R\$ 163.428,37	R\$ 97.628,87	R\$ 820.801,16	R\$ 717.891,85	R\$ 810.596,01
Receita Patrimonial	R\$ 143.068,49	R\$ 180.646,09	R\$ 1.707.872,00	R\$ 1.651.473,73	R\$ 2.495.606,89
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 202.529,74	R\$ 216.459,03	R\$ 254.559,44	R\$ 88.561,23	R\$ 312.228,88
Transferências Correntes	R\$ 18.295.624,26	R\$ 19.400.471,15	R\$ 21.039.979,91	R\$ 23.847.840,81	R\$ 28.358.702,66
Outras Receitas	R\$ 117.244,77	R\$ 219.190,52	R\$ 512.949,20	R\$ 354.623,58	R\$ 219.210,59
Dedução	-R\$ 2.447.225,27	-R\$ 2.658.679,74	-R\$ 2.873.633,05	R\$ 3.348.699,43	-R\$ 3.664.491,31
Receitas de Capital	1.448.988,91	R\$ 544.898,21	R\$ 1.457.962,62	R\$ 2.072.951,85	R\$ 1.600.504,86
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 1.448.988,91	R\$ 544.898,21	R\$ 1.457.962,62	R\$ 822.986,85	R\$ 1.600.504,86
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.249.965,00	R\$ 0,00
Amortização de Empréstimos + Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das receitas	R\$ 18.516.825,52	R\$ 18.818.957,23	R\$ 23.987.226,15	R\$ 26.794.891,81	R\$ 31.636.405,14



Origens das Receitas	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Tributária Própria	R\$ 843.047,16	R\$ 969.488,90	R\$ 1.281.864,44	R\$ 1.641.856,98	R\$ 1.772.489,61
% de Receita Tributária Própria	4,55%	5,15%	5,34%	6,12%	5,60%
% Média de RTP	5,35%				

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Sistema Aplic (exercício atual)

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de 5,60%, conforme demonstrado no quadro anterior.

Segue abaixo quadro da Receita Tributária Própria.

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
Impostos	R\$ 683.000,00	R\$ 1.395.685,06	78,74%
IPTU	R\$ 98.000,00	R\$ 178.354,95	10,06%
IRRF	R\$ 180.000,00	R\$ 424.729,61	23,96%
ISSQN	R\$ 155.000,00	R\$ 277.335,61	15,64%
ITBI	R\$ 250.000,00	R\$ 515.264,89	29,07%
ITR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Taxas	R\$ 72.500,00	R\$ 108.361,50	6,11%
Contribuição de Melhoria	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	R\$ 150.000,00	R\$ 193.668,39	10,92%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre Tributos	R\$ 2.000,00	R\$ 1.196,70	0,06%
Dívida Ativa Tributária	R\$ 52.500,00	R\$ 50.738,24	2,86%
Multa / Juros de Mora / Correção Monetária sobre a Dívida Ativa Tributária	R\$ 11.500,00	R\$ 22.839,72	1,28%
TOTAL	R\$ 972.500,00	R\$ 1.772.489,61	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria.

1) Não foram detectadas concessões ou ampliações de incentivo de natureza tributária.



5.6. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

5.6.1. Despesa Total

Para o exercício de 2016, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 31.424.405,20, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 27.597.050,03.

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2012/2016, revela aumento, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Grupo de despesas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	R\$ 15.888.245,42	R\$ 16.924.634,82	R\$ 18.442.165,40	R\$ 21.610.858,70	R\$ 24.571.457,28
Pessoal e encargos sociais	R\$ 8.486.033,27	R\$ 9.489.325,80	R\$ 10.374.180,39	R\$ 11.157.994,11	R\$ 13.057.361,63
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 19.377,64	R\$ 38.879,76	R\$ 158.030,45	R\$ 139.229,61
Outras despesas correntes	R\$ 7.402.212,15	R\$ 7.415.931,38	R\$ 8.029.105,25	R\$ 10.294.834,14	R\$ 11.374.866,04
Despesas de Capital	R\$ 2.712.967,98	R\$ 1.095.191,05	R\$ 3.671.657,85	R\$ 2.367.730,02	R\$ 1.983.688,06
Investimentos	R\$ 2.297.135,32	R\$ 721.058,48	R\$ 3.336.322,66	R\$ 1.974.140,27	R\$ 1.521.130,92
Amortização da Dívida + Inversões Financeiras	R\$ 415.832,66	R\$ 374.132,57	R\$ 335.335,19	R\$ 393.589,75	R\$ 462.557,14
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 724.074,53	R\$ 813.306,86	R\$ 928.171,97	R\$ 931.600,70	R\$ 1.041.904,69
Total das Despesas	R\$ 19.325.287,93	R\$ 18.833.132,73	R\$ 23.041.995,22	R\$ 24.910.189,42	R\$ 27.597.050,03
Variação - %		-2,54%	22,34%	8,10%	10,78%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e sistema Aplic (exercício atual)

5.6.2. Educação

5.6.2.1. Limites Constitucionais e Legais



5.6.2.1.1. Ensino

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2012/2016, indica que a administração municipal de APIACAS vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	34,90%	26,71%	32,43%	26,63%	28,34%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

Nesse sentido, da análise das informações constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

5.6.2.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O art. 60, em seu inciso XII combinado com o inciso I, dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e o art. 22 da Lei 11.494/2007 dispõem que o Município destinará, no mínimo, 60% da receita do referido Fundo para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.



Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2012/2016, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - Limite Mínimo Fixado 60%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	62,22%	68,19%	55,69%	63,16%	65,83%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB).

É possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício.

1) FUNDEB 60%

O percentual destinado para remuneração e valorização dos profissionais do magistério - ensinos infantil e fundamental - é de 65,83%, o que assegura o cumprimento do percentual mínimo de 60% estabelecido pela legislação.

5.6.2.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da educação

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de Apiacais apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Educação - Escore Município	7,0	7,0	5,0	5,0	6,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.2.2.1. Indicadores da educação - rede municipal

Apresentam-se, nesse item, os resultados de políticas públicas de educação do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.



Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: INEP e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Educação para o ano de avaliação 2014.

A partir da Tabela 1 (Resultados de políticas públicas. Educação. Rede municipal. Comparação Média Brasil) é possível comparar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 (%)
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	ESCORE	OBS.	INDICADOR	ESCORE	OBS	
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2015)	54,95	37,93	0	I	39,49	0	I	-3,95%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	7,10	0,00	1	I	0,00	1	I	0,00%
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	12,90	0,40	1	I	0,40	1	I	0,00%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	1,30	0,00	1	I	0,20	1	I	-100,00%
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF (2015)	4,30	0,40	1	I	3,50	1	I	-88,57%
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF (2015)	16,00	1,20	1	I	0,80	1	I	50,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	53,80	100,00	0	I	100,00	0	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	50,50	100,00	0	I	100,00	0	I	0,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	54,74	0,00	1	I	100,00	0	I	-100,00%
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015)	51,47	100,00	0	I	100,00	0	I	0,00%

Portal do TCE. Legenda: 'I' informado; 'N/I' Não informado; 'N/A' Não se aplica.

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação a média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro.

Legenda:

Escore 1 - quando o desempenho for melhor do que a média nacional;

Escore 0 - quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional.



Em relação à média Brasil:

O escore total do município resultou em 6 indicadores melhor do que a média nacional. O município aumentou 1 escore em relação ao exercício anterior.

O indicador Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil (2015), que neste ano obteve um índice melhor que a média nacional, todos os demais indicadores mantiveram-se o mesmo escore do exercício anterior.

5.6.3. Saúde

5.6.3.1. Limites Constitucionais e Legais

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Em 13 de janeiro de 2012, foi publicada a Lei Complementar nº 141 atendendo ao comando do referido dispositivo constitucional.

Em seu art. 7º, a LC nº 141/2012 repetiu o disposto no inciso III do art. 77 do ADCT, ou seja, os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No período 2012/2016, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicado - %	20,57%	21,16%	37,52%	10,00%	25,27%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde).

Assim, da análise das informações constata-se que:

1) SAÚDE 15%



Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%.

5.6.3.2. Avaliação dos Resultados de políticas públicas da saúde

No período 2012/2016, a avaliação das políticas públicas do Município de APIACAS apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Saúde - Escore Município	7,0	4,5	3,5	4,5	7,0

Parecer Prévio (exercícios anteriores)

5.6.3.2.1. Indicadores da saúde

A seguir, apresentam-se os resultados de políticas públicas de saúde do Município, obtidos por meio da avaliação do desempenho em dez indicadores de resultados, selecionados de modo a permitir uma análise de diferentes dimensões da política.

Informa-se que os indicadores são calculados a partir de dados extraídos de fontes oficiais, a saber: Datasus, Secretaria Estadual de Saúde e IBGE.

Por meio da Resolução Normativa TCE/MT nº 10/2015 foi aprovada a atualização dos resultados de políticas públicas na área da Saúde.

A partir da Tabela 2 (Resultados de políticas públicas. Saúde. Comparação Média Brasil) é possível verificar o desempenho do município em relação à média brasileira.

INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014)	6,81	0,00	1	I	9,09	0	I	-100,00%
Taxa de Mortalidade Infantil (2014)	12,90	9,01	1	I	18,18	0	I	-50,44%



INDICADORES	RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2016				RESULTADOS - AVALIAÇÃO 2015			VARIÇÃO 2016/2015 %
	MÉDIA BRASIL	INDICADOR	SCORE	OBS	INDICADOR	SCORE	OBS.	
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal (2014)	64,62	89,19	1	I	87,27	1	I	2,20%
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2015)	19,79	42,05	0	I	42,05	0	I	0,00%
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular (2014)	48,96	32,44	1	I	11,00	1	I	194,90%
Taxa de Detecção de Hanseníase (2015)	1,41	9,57	0	I	11,89	0	I	-19,51%
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)	0,42	0,64	1	I	0,37	0,5	I	72,97%
Taxa de Incidência de Dengue (2015)	806,43	10,64	1	I	32,44	1	I	-67,20%
Incidência de Tuberculose todas as formas (2015)	32,20	74,47	0	I	87,27	0	I	-14,66%
Cobertura - Imunizações : Pentavalente (2015)	96,30	109,09	1	I	95,31	1	I	14,45%

Portal do TCE

No quadro acima é possível comparar o desempenho do município em relação a média brasileira e também demonstrar a evolução dos indicadores de um ano para o outro.

Legenda:

Escore 1 - quando o desempenho for melhor do que a média nacional

Escore 0 - quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional

Constata-se que houve uma evolução de 4,5 escore no ano de 2015 para 7 no ano de 2016.

De 2015 para 2016, apresentou-se os seguintes destaques:

Melhora de 100% na Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce (2014);

Melhora de 50,44% na Taxa de Mortalidade Infantil (2014);

Melhora de 71,97% na Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária (2015)

5.6.4. Pessoal



5.6.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social.

5.6.4.2. Limites Legais

A Lei Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi aprovada para estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a intenção de se promover, entre outros, o equilíbrio das contas públicas.

A própria LRF define o que seria a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo os seguintes postulados:

- ação planejada e transparente;
- prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As despesas com pessoal, em um passado recente, eram realizadas de maneira irresponsável por muitos gestores públicos, sendo uma das causas predominantes no constante desequilíbrio das contas públicas.

Por essa razão a LRF estabeleceu, entre outros, alguns limites relativos às despesas com pessoal e que devem ser observados pelos gestores públicos, inclusive os municipais.

Nesse sentido, o art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2012/2016, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Limite máximo Fixado - Poder Executivo	54%				
Aplicado - %	47,74%	58,19%	48,82%	47,16%	43,26%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo	6%				
Aplicado - %	2,59%	3,22%	2,88%	2,71%	2,43%



LIMITES COM PESSOAL - LRF					
ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Limite máximo Fixado - Município	60%				
Aplicado - %	50,33%	61,41%	51,71%	49,87%	45,69%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual.

Da análise das informações é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_01: Limite Legal - Poder Executivo

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 12.564.604,89, correspondente a 43,26% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% .

2) PESSOAL_02: Limite Legal - Poder Legislativo

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite constitucional.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 705.613,93, correspondente a 2,42% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6%.

3) PESSOAL_03: Limite Legal do Município

O percentual aplicado assegura o cumprimento do limite máximo.

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 13.270.218,82, correspondente a 45,69% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60%.

4) Não houve aumento de gastos com pessoal no período de cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, cumprindo com o comando do artigo 21, Parágrafo Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

5.7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Responsável pela Unidade de Controle Interno do Poder Executivo: Sra. ROSEMARI RODRIGUES FERRONATO.



De acordo com a Lei nº 482/2007 que instuiu o Sistema de Controle Interno – SCI do Município, a Unidade de Controle Interno – UCI da Câmara Municipal é autônoma. A seguir, destacam-se os aspectos relevantes e as recomendações constantes do Relatório da UCI que integram o Processo de Contas de Governo do Município, bem como as providências adotadas pelo gestor municipal para atendê-las:

5.8. TRANSPARÊNCIA

Análise das atividades voltadas para atender o Princípio da Transparência Pública

5.8.1. Audiências públicas

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito.

Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, da análise das informações constata-se que:

1) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA, conforme o art. 48, parágrafo único da LRF.

2) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF.

5.8.2. Publicação de demonstrativos fiscais e atos oficiais

Referente às publicações das contas públicas, elaborou-se os seguintes quesitos:

1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.



2) Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados, conforme o art. 48 da LRF.

3) Os atos oficiais da administração foram publicados na imprensa oficial e em outros veículos de comunicação, quando exigido pela legislação e nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).

5.8.3. Conselhos

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu, em muitos aspectos, a participação da sociedade na gestão das políticas públicas, um desses aspectos foi a criação de vários conselhos cogestores dessas políticas (conselhos de educação, conselhos de saúde, conselhos do Fundeb), desde o âmbito municipal até o federal.

Representantes da comunidade ao atuarem nos conselhos, têm a possibilidade de contribuir para a definição de um plano de gestão das políticas setoriais, o que contribui com a transparência nas alocações dos recursos e favorece a responsabilização de políticos e técnicos da administração pública.

Uma outra significativa atribuição dos conselhos refere-se à atividade de fiscalizar, em sua área de vinculação, exemplo, saúde, educação e assistência social, a gestão e aplicação dos recursos públicos.

Assim, faz-se importantíssimo que sejam disponibilizados aos conselheiros todos os documentos e informações necessários ao exercício de suas atribuições.

No Município de APIACAS, verificou-se que:

1) Foram assegurados recursos (orçamentários e de infraestrutura), informações e documentos aos respectivos conselhos.

5.8.4. Conselhos Tutelares

Os Conselhos tutelares possuem função diversa dos conselhos de fiscalização de políticas públicas, visando atender crianças e adolescentes que por quaisquer motivos tenham seus direitos ameaçados, trabalhando com medidas, genéricas e/ou específicas, de proteção. Aconselham e atendem pais e responsáveis, sendo também, em alguns casos, necessária sua atuação como agente coibidor de maus tratos, que levará ao conhecimento do Ministério Público e até à Justiça casos de infração à ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como legislações pertinentes à higidez infanto-juvenil.

A Lei 8.069/1990 determina que cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar (art. 132), sendo também obrigatória a consignação no orçamento municipal de recursos necessários ao seu funcionamento, bem como a remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares (Parágrafo único do art. 134). Nesse contexto, torna-se fundamental o empenho da administração municipal na boa execução da missão institucional dessas instituições.



No Município de APIACAS, verificou-se que:

- 1) O município possui, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar integrante da administração pública local.**
- 2) Consta na lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento, remuneração do Conselho tutelar, bem como para a formação continuada de seus conselheiros tutelares no valor previsto de R\$ 172.000,00.**
- 3) O Conselho Tutelar é integrado por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local.**

5.8.5. Prestação de Contas Anuais de Governo

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte do prazo estabelecido no do art. 209, da Constituição caput do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 36/2012-TCE/MT-TP determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas – APLIC, obedecidos aos critérios estabelecidos no Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, aprovado pela Resolução Normativa nº 03/2015-TCE/MT-TP.

- 1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2016 - TCE/MT-TP.**

5.8.6. Comissão de Transição

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração.

Para isso, para que o gestor e sua equipe, a partir do resultado da eleição, demonstrem efetivamente ao novo gestor as informações imprescindíveis para que ele prepare a execução do seu projeto de governo, há que tratar a transição de mandato como um importante instrumento gerencial.



No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 07/2008, em que se definem procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros gestores e presidentes de Câmaras Municipais por ocasião da transmissão de cargo.

Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) O prefeito foi reeleito e, neste caso, é facultativa a observância das normas de transição de mandato pelo gestor reeleito, prevista pela Resolução Normativa nº 07/2008 conforme entendimento da Resolução de Consulta nº 13/2009.

6. POSTURA ANTE OS ALERTAS E RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações – decorrentes de decisões anteriores e/ou disposições legais – e/ou alertas alusivos ao descumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram observados pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante de tais fatos:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
-----------	-------------	---------	------------	--------------	---------------------



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2015	9008/2015	107/2016	06/12/2016	1) Proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas nas área da educação e saúde, identificando os fatores que causaram a piora ou ausência de melhora dos resultados das avaliações das políticas públicas, visando uma mudança positiva na situação avaliada por este Tribunal por ocasião da apreciação destas contas, cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2016, especialmente em relação aos seguintes indicadores: na educação: Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2014); e, na saúde: a) Taxa de mortalidade neonatal precoce (2013); b) Taxa de mortalidade infantil (2013); c) Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014); e, d) Taxa de detecção de Hanseníase (2014)	Taxa de cobertura potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) (2014): piorou -3,95%; Taxa de mortalidade neonatal precoce (2013): melhorou 100%; Taxa de mortalidade infantil (2013): melhorou em 50,44%; Taxa de internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014): não houve alteração; Taxa de detecção de Hanseníase (2014): melhorou em 19,51%;
				2) continue adotando medidas efetivas, com vistas a aprimorar o desempenho da máquina administrativa, sobretudo por meio da identificação dos fatores do Índice de Gestão Fiscal que podem ser aperfeiçoados.	Verificou-se melhora nos indicadores de Gestão fiscal de 2014 a 2016

Control-p

7. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2012/2016, manteve-se abaixo do limite máximo permitido, conforme se observa a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO



ANO	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,35%	6,82%	6,73%	6,52%	6,54%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual).

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

2) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

8. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não foram constatadas irregularidades reincidentes nos atos de governo.

9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

No entendimento desta equipe, o Senhor ADALTO JOSE ZAGO, Prefeito do Município de APIACAS - exercício 2016, não apresentou irregularidades nas Contas Anuais de Governo no Exercício de 2016.

É o relatório decorrente da auditoria das contas anuais de governo do Município de APIACAS prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Em Cuiabá-MT, 9 de Junho de 2017.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

CLOVIS DE ALMEIDA GODOI JUNIOR
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA



ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICÍPIO DE APIACAS - EXERCÍCIO 2016

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período - Anexo

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ADMINISTRACAO DE RECURSOS PROPRIOS	R\$ 1.021.000,00	R\$ 1.038.075,00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.212,00	R\$ 1.868.863,00	83,04%
ADMINISTRACAO DO APOIO EDUCACIONAL	R\$ 635.000,00	R\$ 266.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 287.694,00	R\$ 613.306,00	-3,41%
ADMINISTRACAO DO FUNDEB	R\$ 2.880.000,00	R\$ 785.494,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 504.071,00	R\$ 3.161.423,00	9,77%
ADMINISTRACAO GERAL CULTURA	R\$ 53.000,00	R\$ 252.990,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.589,00	R\$ 182.401,00	244,15%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ADMINISTRACAO GERAL DA SECRETARIA	R\$ 2.977.000,00	R\$ 1.699.919,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.075.962,00	R\$ 3.670.957,00	23,31%
ADMINISTRACAO GERAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	R\$ 108.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.135,00	R\$ 32.865,00	-69,56%
ADMINISTRACAO GERAL ESPORTES	R\$ 309.000,00	R\$ 167.892,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.567,00	R\$ 415.325,00	34,40%
ADMINISTRACAO GERAL SAUDE	R\$ 519.000,00	R\$ 514.504,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 236.375,00	R\$ 797.129,00	53,58%
ADMINISTRACAO GERAL SEC ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 312.500,00	R\$ 549.748,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.990,00	R\$ 785.258,00	151,28%
ADMINISTRACAO GERAL SEC DE AGRICULTURA	R\$ 446.000,00	R\$ 374.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 306.783,00	R\$ 513.267,00	15,08%
ADMINISTRACAO GERAL SEC DE URBANISMO	R\$ 979.000,00	R\$ 642.469,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 326.888,00	R\$ 1.294.581,00	32,23%
ADMINISTRACAO GERAL SECETARIA DE INFRA ESTRUTURA	R\$ 3.563.000,00	R\$ 2.384.015,16	R\$ 24.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.420.775,16	R\$ 4.550.240,00	27,70%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 97.500,00	R\$ 23.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.496,00	R\$ 112.404,00	15,28%
CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS	R\$ 1.088.000,00	R\$ 71.417,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.246,35	R\$ 1.096.171,58	0,75%
CONTROLADORIA INTERNA	R\$ 74.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.598,00	R\$ 84.402,00	14,05%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 380.500,00	R\$ 167.354,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 144.493,00	R\$ 403.361,00	6,00%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 901.500,00	R\$ 170.527,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650.867,00	R\$ 421.160,00	-53,28%
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 5.047.000,00	R\$ 3.903.149,00	R\$ 34.937,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.211.653,00	R\$ 6.773.433,20	34,20%
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA, E ADOLESC	R\$ 207.000,00	R\$ 40.190,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.300,00	R\$ 210.890,00	1,87%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 430.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.486,00	R\$ 376.514,00	-12,54%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP	R\$ 2.985.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 2.985.000,00	0,00%
	R\$ 25.063.500,00	R\$ 13.241.694,09	R\$ 206.937,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.163.180,51	R\$ 30.348.950,78	
Intraorçamentários								
ADMINISTRACAO DE RECURSOS PROPRIOS	R\$ 20.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.000,00	155,00%
ADMINISTRACAO DO FUNDEB	R\$ 320.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 34.103,00	R\$ 381.897,00	19,34%
ADMINISTRACAO GERAL DA SECRETARIA	R\$ 95.000,00	R\$ 23.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118.000,00	24,21%
ADMINISTRACAO GERAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.350,00	R\$ 650,00	-83,75%
ADMINISTRACAO GERAL ESPORTES	R\$ 14.500,00	R\$ 1.455,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.955,00	10,03%
ADMINISTRACAO GERAL SAUDE	R\$ 19.000,00	R\$ 4.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	R\$ 15.600,00	-17,89%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: sececx-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ADMINISTRACAO GERAL SEC ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 6.000,00	R\$ 42.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.100,00	701,66%
ADMINISTRACAO GERAL SEC DE AGRICULTURA	R\$ 10.000,00	R\$ 740,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.740,00	7,40%
ADMINISTRACAO GERAL SEC DE URBANISMO	R\$ 46.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.700,00	R\$ 36.300,00	-21,08%
ADMINISTRACAO GERAL SECETARIA DE INFRA ESTRUTURA	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	R\$ 61.000,00	-12,85%
CAMARA MUNICIPAL DE APIACAS	R\$ 22.000,00	R\$ 445,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.617,36	R\$ 13.828,42	-37,14%
CONTROLADORIA INTERNA	R\$ 8.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	41,17%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 13.000,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 10.075,00	-22,50%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 62.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.498,00	R\$ 18.502,00	-70,15%



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 208.000,00	R\$ 70.990,00	R\$ 34.268,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.951,00	R\$ 263.307,00	26,59%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.500,00	0,00%
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVIAP	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	0,00%
	R\$ 936.500,00	R\$ 273.905,78	R\$ 34.268,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 169.219,36	R\$ 1.075.454,42	
TOTAL	R\$ 26.000.000,00	R\$ 13.515.599,87	R\$ 241.205,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.332.399,87	R\$ 31.424.405,20	20,86%

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Unidade Orçamentária.



Quadro 1.2 - Despesas por Categoria Econômica

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.450.508,58	R\$ 24.571.457,28	96,54%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 13.281.977,01	R\$ 13.057.361,63	98,30%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 152.000,00	R\$ 139.229,61	91,59%
Outras Despesas Correntes	R\$ 12.016.531,57	R\$ 11.374.866,04	94,66%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 2.583.442,20	R\$ 1.983.688,06	76,78%
Investimentos	R\$ 2.118.442,20	R\$ 1.521.130,92	71,80%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 465.000,00	R\$ 462.557,14	99,47%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 2.315.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 30.348.950,78	R\$ 26.555.145,34	87,49%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 1.075.454,42	R\$ 1.041.904,69	96,88%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.075.454,42	R\$ 1.041.904,69	96,88%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX- TOTAL DESPESA	R\$ 31.424.405,20	R\$ 27.597.050,03	87,82%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 1.3 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos.

Quadro 1.4 - Alterações Orçamentárias Leis Autorizativas

TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
Alterações Orçamentárias por Créditos Adicionais e Transposições							
AUTARQUIA MUNICIPAL	00932/2015	01022/2016	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.000,00



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
AUTARQUIA MUNICIPAL	00932/2015	01025/2016	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 120.000,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	00932/2015	01058/2016	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 20.000,00
CAMARA MUNICIPAL	00932/2015	00920/2016	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 18.000,00
CAMARA MUNICIPAL	00932/2015	00976/2016	R\$ 4.850,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.850,00
CAMARA MUNICIPAL	00932/2015	01049/2016	R\$ 45.038,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 45.038,31
CAMARA MUNICIPAL	00932/2015	01057/2016	R\$ 3.975,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.975,40
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00873/2016	R\$ 61.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 61.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00890/2016	R\$ 186.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 186.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00912/2016	R\$ 257.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 257.100,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00924/2016	R\$ 488.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 488.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00947/2016	R\$ 411.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 411.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00975/2016	R\$ 782.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 782.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	00999/2016	R\$ 1.643.087,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.643.087,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01005/2016	R\$ 290.656,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 290.656,16
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01019/2016	R\$ 795.410,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 795.410,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01026/2016	R\$ 210.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 210.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01038/2016	R\$ 171.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 171.900,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01043/2016	R\$ 512.944,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 512.944,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01044/2016	R\$ 62.693,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 62.693,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01048/2016	R\$ 302.551,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 302.551,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01050/2016	R\$ 459.575,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 459.575,00



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01051/2016	R\$ 55.320,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 55.320,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01059/2016	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 250.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00932/2015	01063/2016	R\$ 15.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 15.400,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00944/2016	00914/2016	R\$ 0,00	R\$ 49.605,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00945/2016	00921/2016	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 18.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00947/2016	00929/2016	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 70.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00949/2016	00931/2016	R\$ 0,00	R\$ 16.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00951/2016	00930/2016	R\$ 46.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00955/2016	00985/2016	R\$ 0,00	R\$ 2.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.800,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00956/2016	00990/2016	R\$ 85.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00957/2016	00991/2016	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00958/2016	00992/2016	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00964/2016	01008/2016	R\$ 1.631.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00965/2016	01016/2016	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00966/2016	01015/2016	R\$ 95.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00967/2016	01017/2016	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00974/2016	01035/2016	R\$ 0,00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 60.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00975/2016	01036/2016	R\$ 2.173.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00983/2016	01053/2016	R\$ 408.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00984/2016	01054/2016	R\$ 291.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00985/2016	01055/2016	R\$ 594.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 594.000,00



TIPO UG	LEI	DECRETO				TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO
			SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL	00986/2016	01056/2016	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00990/2016	01071/2016	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 400.000,00
			R\$ 13.515.599,87	R\$ 241.205,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 8.332.399,87
			R\$ 13.515.599,87	R\$ 241.205,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 8.332.399,87

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações Orçamentária/Leis Autorizativas.



Anexo 2 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro 2.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (Exceto Operações Intraorçamentárias)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 35.300.896,45
(B) DEDUÇÕES	R\$ 3.664.491,31
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA (C=A-B)	R\$ 31.636.405,14
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior.	R\$ 15.337,20
(E) Receita Própria Orçamentária do RPPS Superavitário, exceto intra (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 2.815.492,88
(F) Demais acréscimos promovidos pela equipe técnica	R\$ 0,00
(G) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (G=C+D-E+F)	R\$ 28.836.249,46
(H) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA - EXCETO INTRA	R\$ 26.555.145,34
(I) Despesa Própria Orçamentária do RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo único da RN TCE 43/2013)	R\$ 554.233,83
(J) Despesa efetivamente realizada, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas que não foi empenhada no exercício (item 5 da RN TCEMT 43/2013)	R\$ 0,00
(K) Empenhos liquidados que foram cancelados em detrimento da inexistência de justificativa plausível – (art. 63 da Lei 4.320/64)	R\$ 0,00
(L) Créditos adicionais financiados mediante superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior inexistentes ou que são incompatíveis com a fonte de recurso que financiou a transação (Item 7 da RN TCEMT 43/2013 c/c § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64 e parágrafo único do art. da 8º da LRF)	R\$ 0,00
(M) Demais reduções promovidas pela equipe técnica	R\$ 0,00
(N) DESPESA ORÇAMENTÁRIA EMPENHADA CONSOLIDADA AJUSTADA - (N=H-I+J+K+L+M)	R\$ 26.000.911,51
(O) RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADO - (O=G-N)	R\$ 2.835.337,95

Relatório Contas de Governo> Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita/ Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro/ Relatório Contas de Governo> Anexo: Orçamento > Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Quadro 2.2 - Resultado Orçamentário Consolidado do RPPS - Exceto Intra

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS - (Exceto Intra)	R\$ 2.815.492,88
(B) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS). Exceto intra.	R\$ 0,00
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA - (C=A+B)	R\$ 2.815.492,88
(D) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA CONSOLIDADA (RPPS)	R\$ 554.233,83
(E) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO RPPS (SEM INTRA) - (E=C-D)	R\$ 2.261.259,05
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - RECEITA	R\$ 2.815.492,88
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO - DESPESA	R\$ 554.233,83

APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / Espaço do Controle Externo > Planilhas Auxiliares > Créditos Adicionais por Superávit Financeiro / UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.

Quadro 2.3 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(A) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA DO RPPS	R\$ 3.907.810,57
(B) DEDUÇÕES	R\$ 81.077,60
(C) RECEITA ORÇAMENTÁRIA LÍQUIDA ARRECADADA (RPPS) (C=A-B)	R\$ 3.826.732,97
(D) Créditos Adicionais abertos/reabertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (RPPS).	R\$ 0,00
(E) Receita de Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS (7.9.4.0.00.00.00)	0,00
(F) RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA RPPS AJUSTADA (F=C+D-E)	R\$ 3.826.732,97
(G) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADA DO RPPS	R\$ 561.481,80
(H) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS (H=F-G)	R\$ 3.265.251,17

UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG: RPPS > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais>Por Fonte/Financiamento / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária / APLIC> UG:RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 3 - RESTOS A PAGAR

Quadro 3.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo anterior R\$	Movimento no exercício			Saldo para o exercício seguinte R\$
		Inscrição R\$	Baixa R\$		
			Por pagamento	Por cancelamento	
Restos a Pagar Não Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 506.498,92	R\$ 0,00	R\$ 88.691,25	R\$ 368.342,16	R\$ 49.465,51
2015	R\$ 1.034.954,92	R\$ 0,00	R\$ 728.055,14	R\$ 0,00	R\$ 306.899,78
2016	R\$ 0,00	R\$ 53.822,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.822,00
Total (A)	R\$ 1.541.453,84	R\$ 53.822,00	R\$ 816.746,39	R\$ 368.342,16	R\$ 410.187,29
Restos a Pagar Processados					
Anteriores a 2015	R\$ 21.521,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.521,24
2015	R\$ 42.076,66	R\$ 0,00	R\$ 41.777,23	R\$ 0,00	R\$ 299,43
2016	R\$ 0,00	R\$ 270.599,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.599,28
Total (B)	R\$ 63.597,90	R\$ 270.599,28	R\$ 41.777,23	R\$ 0,00	R\$ 292.419,95
Total (A+B)	R\$ 1.605.051,74	R\$ 324.421,28	R\$ 858.523,62	R\$ 368.342,16	R\$ 702.607,24

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar. Neste quadro, os saldos dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício e não pagos estão no grupo de controle dos Restos a Pagar Não Processados.



Quadro 3.2 - Indicador de Disponibilidade Financeira por Fonte do Município - Exceto RPPS

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Exceto RPPS								
00	Recursos Ordinários	R\$ 13.475.976,01	R\$ 0,00	R\$ 13.475.976,01	R\$ 0,00	R\$ 13.475.976,01	R\$ 107.568,01	R\$ 70.083,05
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 0,00	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 0,00	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 15.478,76	R\$ 590,91
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 0,00	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 0,00	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 20.054,42	R\$ 6.049,83
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 0,00	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 0,00	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 50.246,14	R\$ 63.667,93
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 1.559.704,42	R\$ 0,00	R\$ 1.559.704,42	R\$ 0,00	R\$ 1.559.704,42	R\$ 0,00	R\$ 10.598,36
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 752.486,51	R\$ 0,00	R\$ 752.486,51	R\$ 0,00	R\$ 752.486,51	R\$ 94.670,00	R\$ 28.186,42



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Obrigações financeiras independente da execução Orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados (E) = C - D	Total restos a pagar processados (F)	Total restos a pagar não processados (G)
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 104.999,42	R\$ 0,00	R\$ 104.999,42	R\$ 0,00	R\$ 104.999,42	R\$ 0,00	R\$ 231.010,79
		R\$ 3.485.892,03	R\$ 0,00	R\$ 3.485.892,03	R\$ 0,00	R\$ 3.485.892,03	R\$ 288.017,33	R\$ 410.187,29
Quocientes de Disponibilidade Financeira - Somente RPPS								
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 4.402,62	R\$ 0,00
		R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 4.402,62	R\$ 0,00
	TOTAL	R\$ 18.354.834,65	R\$ 0,00	R\$ 18.354.834,65	R\$ 0,00	R\$ 18.354.834,65	R\$ 292.419,95	R\$ 410.187,29

APLIC> Informes Mensais> Disponibilidade Financeira



Quadro 3.3 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2016 – Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - Exceto RPPS									
00	Recursos Ordinários	R\$ 8.346.350,91	R\$ 0,00	R\$ 8.346.350,91	R\$ 415.233,88	R\$ 7.931.117,03	R\$ 551.142,32	R\$ 7.379.974,71	R\$ 201.470,73
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 1.997.275,15	R\$ 0,00	-R\$ 1.997.275,15	R\$ 590,91	-R\$ 1.997.866,06	R\$ 46.730,51	-R\$ 2.044.596,57	R\$ 43.422,39
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 2.494.266,82	R\$ 0,00	-R\$ 2.494.266,82	R\$ 2.169,83	-R\$ 2.496.436,65	R\$ 222.599,73	-R\$ 2.719.036,38	R\$ 175.374,01
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 3.281.031,62	R\$ 0,00	-R\$ 3.281.031,62	R\$ 127.641,94	-R\$ 3.408.673,56	R\$ 179.080,41	-R\$ 3.587.753,97	R\$ 18.139,07



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 346.946,33	R\$ 0,00	R\$ 346.946,33	R\$ 0,00	R\$ 346.946,33	R\$ 0,00	R\$ 346.946,33	R\$ 3.360,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 835.754,59	R\$ 0,00	R\$ 835.754,59	R\$ 0,00	R\$ 835.754,59	R\$ 151.845,91	R\$ 683.908,68	R\$ 0,00
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-R\$ 402.056,87	R\$ 0,00	-R\$ 402.056,87	R\$ 0,00	-R\$ 402.056,87	R\$ 119.061,81	-R\$ 521.118,68	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios - Educação	-R\$ 6.043,91	R\$ 0,00	-R\$ 6.043,91	R\$ 0,00	-R\$ 6.043,91	R\$ 0,00	-R\$ 6.043,91	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)=A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Despesa Orçamentária do exercício liquidado e não paga (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento da Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (G)=E-F	Despesa Orçamentária do exercício não liquidada (H)
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 1.409.704,42	R\$ 0,00	R\$ 1.409.704,42	R\$ 10.598,36	R\$ 1.399.106,06	R\$ 0,00	R\$ 1.399.106,06	R\$ 0,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 1.107.340,02	R\$ 0,00	R\$ 1.107.340,02	R\$ 222.962,06	R\$ 884.377,96	R\$ 500,00	R\$ 883.877,96	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 269.777,50	R\$ 0,00	R\$ 269.777,50	R\$ 478.637,27	-R\$ 208.859,77	R\$ 8.815,70	-R\$ 217.675,47	R\$ 7.423,28
		R\$ 4.135.199,40	R\$ 0,00	R\$ 4.135.199,40	R\$ 1.257.834,25	R\$ 2.877.365,15	R\$ 1.279.776,39	R\$ 1.597.588,76	R\$ 449.189,48
Disponibilidade Líquida em 30/04/12 – (ART. 42 – LRF) - RPPS									
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 43.163,89
		R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 0,00	R\$ 12.790.313,30	R\$ 43.163,89



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Quadro 3.4 - Disponibilidade para Pagamento de RP - 31/12/2016 - Poder Executivo (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - Exceto RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 13.475.976,01	R\$ 0,00	R\$ 13.475.976,01	R\$ 41.891,72	R\$ 13.434.084,29	R\$ 85.817,34	R\$ 13.348.266,95	R\$ 49.942,00	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 0,00	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 590,91	-R\$ 3.263.601,68	R\$ 15.478,76	-R\$ 3.279.080,44	R\$ 0,00	-R\$ 3.279.080,44
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 0,00	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 2.169,83	-R\$ 6.071.535,49	R\$ 20.054,42	-R\$ 6.091.589,91	R\$ 3.880,00	-R\$ 6.095.469,91
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 0,00	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 63.667,93	-R\$ 3.883.996,68	R\$ 50.246,14	-R\$ 3.934.242,82	R\$ 0,00	-R\$ 3.934.242,82



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81	R\$ 0,00	-R\$ 966.458,81
19	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 1.118.812,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se G < H então I = G-H; Senão I = zero
22	Transferências de Convênios - Educação	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 1.559.704,42	R\$ 0,00	R\$ 1.559.704,42	R\$ 10.598,36	R\$ 1.549.106,06	R\$ 0,00	R\$ 1.549.106,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 752.486,51	R\$ 0,00	R\$ 752.486,51	R\$ 28.256,42	R\$ 724.230,09	R\$ 94.600,00	R\$ 629.630,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 104.999,42	R\$ 0,00	R\$ 104.999,42	R\$ 231.010,79	-R\$ 126.011,37	R\$ 0,00	-R\$ 126.011,37	R\$ 0,00	-R\$ 126.011,37
		R\$ 3.485.892,03	R\$ 0,00	R\$ 3.485.892,03	R\$ 378.185,96	R\$ 3.107.706,07	R\$ 266.196,66	R\$ 2.841.509,41	R\$ 53.822,00	
Disponibilidade para pagamento RP em 31/12 - somente RPPS										



Fonte	Descrição	Ativo Financeiro (A)	Haveres (inclusive intra) (B)	Disponibilidade Bruta (C)= A-B	Restos processados e não processados de exercícios anteriores e demais obrigações financeiras independente da execução orçamentária (D)	(In)Disponibilidade líquida antes da inscrição de restos a pagar processados do exercício (E)=C-D	Restos a pagar Processados do exercício (F)	(In)Disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar não processados do exercício (G)=E-F	Restos a pagar não processados do exercício (H)	Indisponibilidade Financeira (I) Se $G < H$ então $I = G-H$; Senão $I = zero$
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 4.402,62	R\$ 14.864.540,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 0,00	R\$ 14.868.942,62	R\$ 4.402,62	R\$ 14.864.540,00	R\$ 0,00	

APLIC : UG: Prefeitura>Informes Mensais>Disponibilidade>Disponibilidade Financeira - Poder Executivo.



Anexo 4 - DÍVIDA

Quadro 4.1 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 1.222.376,61
DEDUÇÕES (II)	R\$ 3.197.874,70
Ativo Disponível	R\$ 3.485.892,03
Haveres financeiros	R\$ 0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 288.017,33
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 29.043.535,42
% da DC sobre a RCL	4,20%
% da DCL sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 34.852.242,50
Insuficiência Financeira para pagamento de Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 0,00

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: Prefeitura.

Quadro 4.2 - Dívida Consolidada Líquida - RPPS (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 42.483.250,40
DEDUÇÕES (II)	R\$ 14.864.540,00
Ativo Disponível	R\$ 11.464.067,33
Haveres financeiros	R\$ 3.404.875,29
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	R\$ 4.402,62
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) = (I - II)	R\$ 27.618.710,40

Nota: Se o saldo das DEDUÇÕES for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira". Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha. APLIC > Informes Mensais > Dívidas > Dívida Consolidada Líquida Anual - Unidade Orçamentária: RPPS.

Quadro 4.3 - Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 462.557,14
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 139.229,61



DESCRIÇÃO	R\$
TOTAL	R\$ 601.786,75
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 29.043.535,42
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL <11,5%>	2,07%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função/dotação.

Quadro 4.4 - Dívida Pública Contratada no Exercício (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Dívida Pública sujeita ao limite para fins de contratação	R\$ 0,00
Operações vedadas	R\$ 0,00
(=) Total considerado para fins de apuração do cumprimento do limite	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 29.043.535,42
% da Dívida contratada sobre a RCL <16%>	0,00%

Informes Mensais > Dívida Pública .

Quadro 4.5 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 3.485.892,03	R\$ 0,00	R\$ 3.485.892,03
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 789.619,03	R\$ 0,00	R\$ 789.619,03
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 2.696.273,00	R\$ 0,00	R\$ 2.696.273,00

Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

Quadro 4.6 - Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS

FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 13.475.976,01	R\$ 220.783,12	R\$ 13.255.192,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	-R\$ 2.517.579,92	R\$ 32.859,01	-R\$ 2.550.438,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 3.263.010,77	R\$ 26.922,59	-R\$ 3.289.933,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
15 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 463.068,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB 60%	-R\$ 966.458,81	R\$ 1.588,36	-R\$ 968.047,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
19 - Transferência do FUNDEB 40%	R\$ 1.118.812,27	R\$ 4.348,06	R\$ 1.114.464,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferência de Convênios - Educação	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 130.008,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	-R\$ 8.329.989,99	R\$ 181.971,87	-R\$ 8.511.961,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	-R\$ 6.069.365,66	R\$ 54.483,75	-R\$ 6.123.849,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12 - Serviços de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do SUS - União	-R\$ 3.820.328,75	R\$ 116.889,76	-R\$ 3.937.218,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23 - Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 1.559.704,42	R\$ 10.598,36	R\$ 1.549.106,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41 - Serviços Hospitalares	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos SUS - Estado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 104.999,42	R\$ 231.148,61	-R\$ 126.149,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferência de Convênios - Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27 - Demais Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 104.999,42	R\$ 231.148,61	-R\$ 126.149,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE DE RECURSOS	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
90 - Operações de Crédito Internas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
91 - Operações de Crédito Externas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
92 - RECURSOS PROVENIENTES DE ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	R\$ 752.486,51	R\$ 122.856,42	R\$ 629.630,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Transf. de Convênios (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 752.486,51	R\$ 122.856,42	R\$ 629.630,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
81 - Valores Restituíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/Saúde/Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
93 - Outras Receitas Não Primárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
94 - Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL - EXCETO RPPS	R\$ 3.485.892,03	R\$ 789.619,03	R\$ 2.696.273,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS DO RPPS	R\$ 14.868.942,62	R\$ 4.413,39	R\$ 14.864.529,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 18.354.834,65	R\$ 794.032,42	R\$ 17.560.802,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Contabilidade>Movimentação das Fontes/Destaques de Recursos.



Anexo 5 - RECEITA

Quadro 5.1 - Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 27.362.000,00	R\$ 33.700.391,59	123,16%
Receita Tributária	R\$ 778.500,00	R\$ 1.504.046,56	193,19%
Receita de Contribuições	R\$ 820.000,00	R\$ 810.596,01	98,85%
Receita Patrimonial	R\$ 1.458.000,00	R\$ 2.495.606,89	171,16%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 251.000,00	R\$ 312.228,88	124,39%
Transferências Correntes	R\$ 23.770.500,00	R\$ 28.358.702,66	119,30%
Outras Receitas Correntes	R\$ 284.000,00	R\$ 219.210,59	77,18%
II - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.600.504,86	160,05%
Alienação de bens	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferência de capital	R\$ 980.000,00	R\$ 1.600.504,86	163,31%
Operação de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 28.362.000,00	R\$ 35.300.896,45	124,46%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 3.362.000,00	-R\$ 3.664.491,31	108,99%
Deduções da receita tributária	-R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Deduções da receita patrimonial	-R\$ 250.000,00	-R\$ 81.077,60	32,43%
Deduções de transferências correntes	-R\$ 3.089.000,00	-R\$ 3.583.413,71	116,00%
Deduções de outras receitas correntes	-R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 25.000.000,00	R\$ 31.636.405,14	126,54%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.011.240,09	101,12%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 26.000.000,00	R\$ 32.647.645,23	125,56%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 5.2 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de receitas correntes	R\$ 33.700.391,59
(-) Deduções da Receita Corrente	-R\$ 81.077,60
= Total de receitas correntes - menos deduções	R\$ 33.619.313,99



Receitas	Total R\$
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	R\$ 616.927,62
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	R\$ 0,00
(-) Dedução de receita para formação do FUNDEB	-R\$ 3.583.413,71
(=) RCL (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 29.418.972,66
(-) Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 375.437,24
(=) RCL	R\$ 29.043.535,42

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 5.3 - Deduções para RCL

DESCRIÇÃO	Total R\$
Deduções da receita tributária	R\$ 0,00
Deduções da receita patrimonial	-R\$ 81.077,60
Deduções de outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	-R\$ 81.077,60

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 6 - ENSINO

Quadro 6.1 - Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 1.042.489,60
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 178.354,95
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 515.264,89
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 277.335,61
ITR Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 48.197,25
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 1.039,18
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 22.297,72
Transferências	R\$ 18.424.727,89
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 6.852.500,94
Cota Parte ICMS	R\$ 10.631.066,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 45.985,92
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 66.035,46
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 430.392,89
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 398.746,32
Total receita base - ENSINO	R\$ 19.467.217,49
Valor mínimo - 25%	R\$ 4.866.804,37

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.2 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total despesa liquidada no Ensino - Função 12 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 5.908.381,87
(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não processados do Ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB Função 12. Fontes de recursos 00 e 01 (Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5)	R\$ 108.790,91
(-) Restos a pagar processados do Ensino inscritos em 2016 sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 01 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Conforme quadro específico)	R\$ 0,00
(=) Despesas Bruta do Ensino	R\$ 6.017.172,78
(+) Valor retido referente ao FUNDEB	R\$ 3.583.413,71
(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida. Função 12. Fontes de recursos 18 e 19.	R\$ 3.503.658,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao Ensino até o limite dos recursos recebidos Função 12. Fontes de recursos 15, 22, 25. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 578.976,65
(-) Despesas liquidadas na função 12 com recursos vinculados diferentes da Educação (Função 12. Fonte de recursos iguais a 02, 14, 42, 23, 41, 12, 26, 21, 29, 43, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 91, 92, 16, 17, 24, 30, 81, 93 e 82. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do Ensino (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 0,00
(=) Total de recursos aplicados no Ensino provenientes de impostos	R\$ 5.517.951,84
Total da Receita Base	R\$ 19.467.217,49
Percentual sobre a receita base	28,34%
Limite mínimo sobre a receita base	25%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 6.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para pagamento de RP Processados do Ensino

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 01 em 31/12/16	R\$ 10.212.965,24
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 378.185,96
(C) (-) RP processados e não processados inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas ao Ensino (Fontes 00, 02, 12, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94)	R\$ 304.539,90
(D) (=) Disponibilidade para pagamento de RP Processados de Ensino inscritos no 2016. Fontes 00 e 01	R\$ 9.530.239,38
(E) RP processados do Ensino inscritos no [Exercício corrente]. Função 12 Fontes 00 e 01 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 15.478,76
(F) (=) RP processados do Ensino inscritos no 2016 (Fontes 00 e 01) sem disponibilidade financeira	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar.

Quadro 6.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 0,00

Levantamento da equipe técnica.



Quadro 6.5 - Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Recursos FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor da receita do FUNDEB	R\$ 3.503.658,00
Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério ensinos infantil e fundamental	R\$ 2.306.724,31
% da aplicação s/ a receita do FUNDEB	65,83%
Limite percentual mínimo	60%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função. APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.



Anexo 7 - SAÚDE

Quadro 7.1 - Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita resultante de impostos	R\$ 1.042.489,60
IPTU Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana	R\$ 178.354,95
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens "Inter Vivos"	R\$ 515.264,89
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 277.335,61
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 0,00
Dívida Ativa Proveniente de Impostos	R\$ 48.197,25
Juros e multas provenientes de Impostos	R\$ 1.039,18
Juros e multas provenientes da Dívida Ativa Tributária de Impostos	R\$ 22.297,72
Transferências	R\$ 18.424.727,89
FPM Fundo de Participação dos Municípios	R\$ 6.852.500,94
Cota Parte ICMS	R\$ 10.631.066,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 45.985,92
Cota Parte IPI Exportação (Imposto sobre Produtos Industrializados)	R\$ 66.035,46
ITR - Imposto Territorial Rural	R\$ 430.392,89
Cota Parte IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores	R\$ 398.746,32
Cota Parte IOF s/ ouro – Imposto sobre Operações Financeiras	R\$ 0,00
Total receita base	R\$ 19.467.217,49
Valor mínimo - 15% (Saúde)	R\$ 2.920.082,62

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Total da despesa empenhada em Saúde no exercício Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 7.029.351,40
(+) Despesas Empenhadas no exercício referentes à amortização e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas a partir de 01/01/2000, visando ao financiamento de ações e serviços públicos de Saúde (art. 24, § 3º, da LC nº 141/2012)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) Restos a pagar processados e não processados da Saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02 e Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto Elemento de Despesa 01 e 03) (Resolução de Consulta nº 14/2012)	R\$ 0,00
(=) Despesa bruta na Função Saúde	R\$ 7.029.351,40
(+) Despesas Empenhadas com saneamento (Função 17) nos termos do art. 3º, VI e VII, da LC nº 141/2012 Fonte: 00 Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto: Elemento de Despesa 01 e 03.	R\$ 0,00
(-) Despesa empenhada com aposentadorias e pensões dos servidores Saúde, caso essas tenham sido realizadas na função Saúde (art. 4º, I, da LC nº 141/2012). Função 10; Elemento de Despesa 01 e 03. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5	R\$ 0,00
(-) Despesas empenhadas de convênios e programas referentes à Saúde - art. 4º, X, da LC nº 141/2012. (Até o limite dos recursos recebidos) Função 10; Fonte de Recurso 12, 14, 23, 26, 41 e 42; Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03)	R\$ 2.108.207,77
(-) Despesas Empenhadas na função 10 com recursos vinculados diferentes da Saúde Função 10. Fontes de recursos diferentes de 02, 12, 14, 23, 26, 41, 42 e 94. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03).	R\$ 0,00
(-) Outras despesas empenhadas que não se enquadram em ações e serviços públicos de Saúde e saneamento. Função 10. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5. (Não excluídas nos itens anteriores)	R\$ 0,00
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 4.921.143,63
Total da Receita Base	R\$ 19.467.217,49
(=) Percentual aplicado em saúde	25,27%
Limite mínimo aplicado em saúde	15%
Situação	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Função.

Quadro 7.3 - Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios para Pagamento de Restos a Pagar da Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(A) (=) Disponibilidade de Caixa Bruta nas fontes 00 e 02 em 31/12/2016	R\$ 7.406.610,35
(B) (-) RP processados e não processados de exercícios anteriores	R\$ 378.185,96
(C) (-) RP inscritos em 2016 nas fontes ordinária e demais fontes não vinculadas à Saúde (Fontes 00, 01, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 30, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 81, 82, 90, 91, 92, 93, 94; Função diferente de 10)	R\$ 245.838,10



DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(D) (=) (In) Disponibilidade para pagamento de RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016]. Fontes 00 e 02	R\$ 6.782.586,29
(E) RP Processados e não Processados da Saúde inscritos em 2016. Função 10. Fontes 00 e 02. Natureza de Despesa 1, 3, 4 e 5 Exceto os Elemento de Despesa 01 e 03	R\$ 23.934,42
(F) (=) Restos a pagar processados e não processados da saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa nas fontes 00 e 02. Exceto Elemento de Despesa 01 e 03; Natureza de Despesa 2 e 6.	R\$ 0,00

Espaço Controle Externo>Contas de Governo 2017>Planilhas Auxiliares> Disponibilidade Caixa Bruta para pagamento de Restos a Pagar

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como ações e serviços públicos de Saúde

Nº LIQUIDAÇÃO	Nº EMPENHO	CREDOR	OBJETO	VALOR
				R\$ 0,00

Levantamento da equipe técnica.



Anexo 8 - PESSOAL

Quadro 8.1 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Janeiro a Junho

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Execução das Despesas de Pessoal - Janeiro a Junho								
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	R\$ 8.528,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.411,38	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 138.514,84	R\$ 21.042,02	R\$ 21.218,02	R\$ 22.156,69	R\$ 24.269,15	R\$ 25.046,48	R\$ 24.782,48
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 35.268,72	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 414.820,03	R\$ 54.565,28	R\$ 68.327,97	R\$ 67.358,12	R\$ 74.005,52	R\$ 75.851,28	R\$ 74.711,86
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 51.193,90	R\$ 9.601,40	R\$ 11.801,31	R\$ 11.759,20	R\$ 7.231,33	R\$ 7.152,70	R\$ 3.647,96



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 4.868.275,77	R\$ 774.005,67	R\$ 754.330,75	R\$ 783.261,12	R\$ 823.706,03	R\$ 858.609,83	R\$ 874.362,37
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 250.356,80	R\$ 35.500,38	R\$ 37.744,00	R\$ 39.735,02	R\$ 43.852,56	R\$ 46.419,87	R\$ 47.104,97
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 489.630,38	R\$ 79.997,07	R\$ 77.317,89	R\$ 80.958,05	R\$ 82.197,26	R\$ 83.790,72	R\$ 85.369,39
		R\$ 6.257.138,22	R\$ 980.589,94	R\$ 977.167,39	R\$ 1.014.517,70	R\$ 1.062.845,66	R\$ 1.104.454,69	R\$ 1.117.562,84

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.2 - Execução Mensal das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Poder Executivo / Julho a Dezembro

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Execução das Despesas de Pessoal - Julho a Dezembro								
3.1.71.70	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	R\$ 11.939,83	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69	R\$ 1.705,69	R\$ 3.411,38
3.1.90.01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	R\$ 165.230,96	R\$ 27.290,48	R\$ 4.788,06	R\$ 26.733,15	R\$ 26.733,15	R\$ 52.072,97	R\$ 27.613,15
3.1.90.03	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R\$ 35.268,72	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12	R\$ 5.878,12
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R\$ 642.819,61	R\$ 78.651,29	R\$ 88.544,71	R\$ 84.598,67	R\$ 89.781,64	R\$ 85.303,97	R\$ 215.939,33
3.1.90.05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	R\$ 43.384,95	R\$ 5.286,19	R\$ 24.304,72	R\$ 2.779,55	R\$ 3.155,51	R\$ 3.155,51	R\$ 4.703,47
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 5.241.441,95	R\$ 839.395,18	R\$ 860.668,66	R\$ 840.748,62	R\$ 852.800,32	R\$ 837.286,93	R\$ 1.010.542,24



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: (65) 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-sergio@tce.mt.gov.br

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 325.568,03	R\$ 47.941,08	R\$ 51.319,78	R\$ 48.995,60	R\$ 49.211,58	R\$ 47.412,27	R\$ 80.687,72
3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.1.90.96	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	R\$ 120.732,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.732,10
3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 504.177,89	R\$ 81.815,21	R\$ 82.079,05	R\$ 81.796,41	R\$ 84.378,69	R\$ 83.956,50	R\$ 90.152,03
		R\$ 7.090.564,04	R\$ 1.087.963,24	R\$ 1.119.288,79	R\$ 1.093.235,81	R\$ 1.113.644,70	R\$ 1.116.771,96	R\$ 1.559.659,54

Quadro Gastos com Pessoal detalhado



Quadro 8.3 - Gastos com pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 14.044.530,04	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 13.575.667,95	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 468.862,09	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 398.873,98	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores Consolidado (Exceto RPPS)	R\$ 549,33	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 398.324,65	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 13.645.656,06	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução do IRRF) (3a + 3b)	R\$ 13.645.656,06	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 375.437,24	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 13.270.218,82	

Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Quadro 8.4 - Gastos com pessoal. Poder Legislativo (arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 717.296,06	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 717.296,06	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outros (conforme entendimento da equipe técnica)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 717.296,06	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (Antes da Dedução IRRF) (3a + 3b)	R\$ 717.296,06	
5 - Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 11.682,13	
6 - DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 705.613,93	

Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 8.5 - Apuração do cumprimento do limite legal individual - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

PODER	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RCL	%
Executivo	R\$ 12.564.604,89	R\$ 29.043.535,42	43,26%
Legislativo	R\$ 705.613,93	R\$ 29.043.535,42	2,43%

Quadro: Gastos com pessoal - Detalhado e Quadro: Receita Corrente Líquida.



Quadro 8.6 - Apuração do cumprimento do limite legal - Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR (R\$)
1- DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	R\$ 13.270.218,82
2 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	R\$ 29.043.535,42
3 - % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL	45,69%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	54%

Quadro Gastos com Pessoal Detalhado e Quadro Receita Corrente Líquida.

Quadro 8.7 - Gastos com Pessoal Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 13.575.667,95	R\$ 0,00	R\$ 12.858.371,89	R\$ 0,00	R\$ 717.296,06	R\$ 0,00
1.1.1 Vencimentos e Vantagens Fixas (3.X.XX.11.XX)	R\$ 10.711.096,17	R\$ 0,00	R\$ 10.109.717,72	R\$ 0,00	R\$ 601.378,45	R\$ 0,00
1.1.2 Obrigações Trabalhistas (3.1.XX.07.XX+ 3.X.XX.09.XX+ 3.1.XX.13.XX)	R\$ 1.685.650,71	R\$ 0,00	R\$ 1.569.733,10	R\$ 0,00	R\$ 115.917,61	R\$ 0,00
1.1.3 Ressarcimento com Pessoal Requisitado (3.1.XX.96.XX)	R\$ 120.732,10	R\$ 0,00	R\$ 120.732,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.4 Contratação Temporária (3.X.XX.04.XX)	R\$ 1.057.639,64	R\$ 0,00	R\$ 1.057.639,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.5 Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil (3.1.XX.16.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.1.6 Depósitos Compulsórios (3.1.XX.67.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.7 Sentenças Judiciais (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.8 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.9 Indenizações Trabalhistas (3.X.XX.94.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.1.10 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 468.862,09	R\$ 0,00	R\$ 468.862,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1 Aposentadorias e Reformas (3.X.XX.01.XX)	R\$ 303.745,80	R\$ 0,00	R\$ 303.745,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.2 Pensões (3.X.X.03.XX)	R\$ 70.537,44	R\$ 0,00	R\$ 70.537,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.3 Benefícios Previdenciários (3.X.XX.05.XX)	R\$ 94.578,85	R\$ 0,00	R\$ 94.578,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.4 Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.XX.92.01 + 3.1.XX.92.03)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
1.2.5 Valor Acrescido pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) (3.1.XX.34.XX+ 3.3.XX34.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3.X.XX.94.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial (3.1.XX.91.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 – Despesas de Exercícios Anteriores CONSOLIDADO (3.1.XX.92.01+ 3.1.XX.92.03 +3.1.XX.92.04 + 3.1.XX.92.07+ 3.1.XX.92.09+ 3.1.XX.92.11 + 3.1.XX.92.13+ 3.1.XX.92.16)	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 549,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 398.324,65	R\$ 0,00	R\$ 398.324,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.1 Aposentadorias e Reformas - Somente RPPS (3.X.XX.01.XX)	R\$ 303.745,80	R\$ 0,00	R\$ 303.745,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
2.4.2 Pensões - Somente RPPS (3.X.XX.03.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.3 Benefícios Previdenciários - Somente RPPS (3.X.XX.05.XX)	R\$ 94.578,85	R\$ 0,00	R\$ 94.578,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4.4 Salário família - Somente RPPS (3.X.XX.09.XX)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5. Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 13.645.656,06	R\$ 0,00	R\$ 12.928.360,00	R\$ 0,00	R\$ 717.296,06	R\$ 0,00
DTP (Antes da Dedução do IRRF)	R\$ 13.645.656,06		R\$ 12.928.360,00		R\$ 717.296,06	
3 – Dedução IRRF – (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 375.437,24		R\$ 363.755,11		R\$ 11.682,13	
DTP (Res. Consulta TCE/MT nº 29/2016)	R\$ 13.270.218,82		R\$ 12.564.604,89		R\$ 705.613,93	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária.



Anexo 9 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 9.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art.29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 1.562.760,38
Impostos	R\$ 1.317.999,24
IPTU	R\$ 208.700,91
IRRF	R\$ 319.455,94
ITBI	R\$ 316.411,54
ISSQN	R\$ 473.430,85
ITR	R\$ 0,00
TAXAS	R\$ 92.248,95
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Juros e multas das receitas tributárias	R\$ 4.022,96
Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 81.141,95
Juros e multas da dívida ativa tributária	R\$ 67.347,28
Transferências da União	R\$ 6.167.498,18
FPM	R\$ 5.683.158,83
Transf. ITR	R\$ 360.685,98
IOF s/ ouro	R\$ 67.761,99
ICMS Desoneração	R\$ 44.303,65
CIDE	R\$ 11.587,73
Transferências do Estado	R\$ 9.224.366,29
ICMS	R\$ 8.819.783,01
IPVA	R\$ 358.342,64
IPI (Exportação)	R\$ 46.240,64
TOTAL GERAL	R\$ 16.954.624,85
População do Município	9.400
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 1.186.823,73
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.110.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.110.000,00

APLIC > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente

Quadro 9.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
-----------	-----------	------------------	-------------------	-------------------	----------	-----



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO	SEQ
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.110.000,00	R\$ 16.954.624,85	6,54%	7,00%	REGULAR	1
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.110.000,00	R\$ 16.954.624,85	6,54%	7,00%	REGULAR	1
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 705.613,93	R\$ 1.110.000,00	63,56%	70%	REGULAR	1
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 705.613,93	R\$ 29.043.535,42	2,43%	6%	REGULAR	1

APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária. APLIC > Unidade Gestora: Câmara Municipal > Impressões > Anexos da Lei 4.320/64 > DVP > Transferência Intragovernamentais